

## **Mediações político-culturais e relações intercomunitárias quilombolas no Litoral Médio do Rio Grande do Sul<sup>1</sup>**

Mônica de Andrade Arnt<sup>2</sup> (EMATER/RS; LAE/UFRGS)<sup>3</sup>

Palavras-chave: remanescentes de quilombos, mediações, políticas públicas

Durante o período colonial, a região litorânea do Rio Grande do Sul era percorrida como caminho de tropas, tendo na criação de gado de corte sua primeira atividade econômica (RUBERT, 2010). A porção central de sua extensão, conhecida como Litoral Médio, é caracterizada pela formação de uma península, que divide a Laguna dos Patos do Oceano Atlântico. Os atuais padrões socioculturais da região resultam da convergência de grupos de matrizes lusitana e africana, a partir do século 18, que preponderaram sobre os remanescentes culturais indígenas, que dominavam o território até então<sup>4</sup>. A instalação de um posto de vigilância conhecido como “Guarda de Mustardas” pela Coroa Portuguesa, em 1742, em um ponto central da península, marcou seu povoamento colonial.

Em meio a uma paisagem de campo e banhado típica do Bioma Pampa, as áreas onde se concentram as comunidades remanescentes de quilombos do Litoral Médio formam como ilhas, que, apesar de distanciadas por enormes áreas de pecuária extensiva, cultivo de arroz e, mais recentemente, de *Pinnus spp.*, mantêm-se historicamente unidas por vínculos de parentesco e compadrio. Tais porções territoriais configuram, assim, um “rosário de comunidades”, em um modelo análogo à expressão que descreve o sistema de lagoas distribuídas pela planície costeira como “rosário de lagoas”. Seus vínculos sociais

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

<sup>2</sup>Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS).

<sup>3</sup>Empresa Riograndense de Assistência Técnica e Extensão Rural/RS – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural; Laboratório de Antropologia e Arqueologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS.

<sup>4</sup>Atualmente, permanecem na porção norte da península em uma Terra Indígena de proporções diminutas no município de Palmares do Sul, além de um acampamento às margens da rodovia, em Capivari do Sul.

são constantemente atualizados pela circulação de pessoas, objetos e símbolos, cujos trajetos compõem os fios deste rosário.

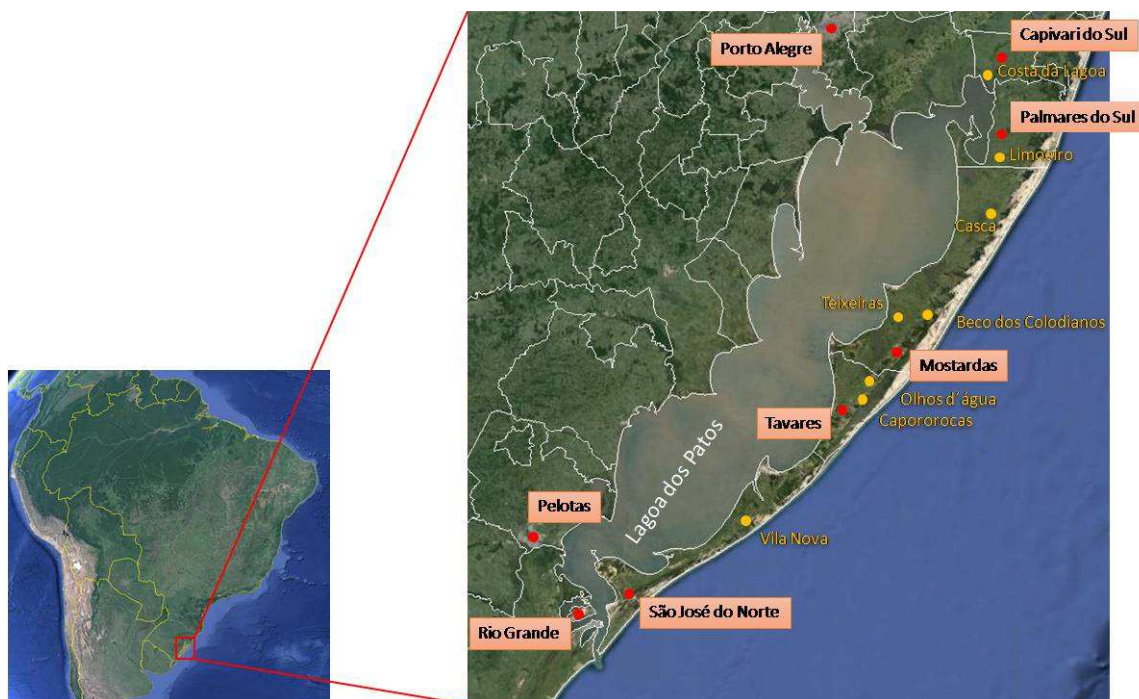


Figura 1: Mapa da península do Litoral Médio com a localização das comunidades quilombolas e das sedes dos municípios.

O constante fluxo de bens pode ser apreciado em diversos aspectos da vida social desta rede de comunidades quilombolas. Quanto à religiosidade, uma expressão destas relações, é a composição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, protagonista da performance músico-ritual conhecida como Ensaio de Pagamento de Promessa, da qual participam dançantes de diferentes comunidades. No campo político, a unidade territorial e identitária evidencia-se no processo de constituição do Fórum das Comunidades Quilombolas do Litoral Médio (ou da Península Costeira, como também é por vezes chamado). A partir da necessidade de fortalecimento da articulação das associações comunitárias quilombolas da região, o “Fórum Quilombola” foi concebido como um espaço propício ao diálogo com agentes institucionais externos e à mobilização para acesso a políticas públicas e aos direitos diferenciados constitucionalmente garantidos.



Figura 2: Apresentação do grupo do Quicumbi – Ensaio de Pagamento de Promessa, durante celebração do Dia da Consciência Negra, promovido no âmbito das atividades do Fórum das Comunidades Quilombolas, no Beco dos Colodianos, Mostardas.

Este texto apresenta aspectos da dinâmica exercida pelo “Fórum Quilombola”, como é recorrentemente referido, com base na etnografia de suas atividades e análise dos registros de suas reuniões. Convém situar que tais dados vêm sendo obtidos através da prática da “antropologia em ação”<sup>5</sup>, ou seja, da atuação como extensionista rural junto à unidade municipal da Emater/RS-Ascar<sup>6</sup>. No desempenho deste papel há 3 anos, tenho participado do cotidiano de famílias das comunidades nas suas casas e plantações, nas festas e em espaços de mediação tanto na cidade quanto em seu próprio território. Estas atividades envolvem processos de aplicação de políticas públicas em áreas diversas, como segurança alimentar e nutricional, artesanato, promoção de acesso a direitos sociais e valorização cultural. Embora o trabalho de campo não tenha objetivos estritamente investigativos, a experiência etnográfica vem sendo registrada sistematicamente em diário de campo e em

---

<sup>5</sup> Termo cunhado por Sol Tax em 1952 (Oliveira, 2002).

<sup>6</sup> Entidade oficial de assistência técnica e extensão rural e social no Estado, a Emater desempenha suas funções através de convênio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

imagens. Proponho, assim, um exercício de reflexão sobre tais registros oriundos do acompanhamento das atividades do Fórum Quilombola.



Figuras 3: Vista de moradia na Comunidade dos Teixeiras, Mostardas.

### **Direitos das comunidades remanescentes de quilombos e sua articulação no Litoral Médio**

Na área em estudo, encontram-se sete comunidades remanescentes de quilombos: Costa da Lagoa, no município de Capivari do Sul; Limoeiro, em Palmares do Sul; Teixeiras, Beco dos Colodianos e Casca, em Mostardas; Capororocas e Olhos D'água, em Tavares; e Vila Nova, em São José do Norte. O processo de autorreconhecimento destas comunidades e de certificação pela Fundação Cultural Palmares iniciou a partir da virada do século 21, em um contexto de reconhecimento de direitos diferenciados aos povos tradicionais e de emergência étnica intensificado com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Em 2001, a publicação do Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais reconhece aos remanescentes das comunidades dos quilombos o direito à propriedade definitiva de suas terras. O Decreto 4.887/2003 normatiza o processo de concretização deste direito e define conceitualmente remanescentes de quilombos segundo o Estado brasileiro.



É interessante ressaltar que o conceito que define tais agrupamentos negros consiste em uma categoria exógena que requer um processo de familiarização e de identificação com a finalidade de adequação às condições pressupostas pelo Estado para o acesso a políticas públicas<sup>7</sup>, através de pequenas lutas políticas e de intenso trabalho de construção de laços sociais entre agrupamentos locais e dispersos de agricultores (Anjos, 2002).

Atualmente, de acordo com a Fundação Cultural Palmares (2016)<sup>8</sup>, 2.600 comunidades remanescentes de quilombos estão certificadas no Brasil, enquanto no Rio Grande do Sul, são 122. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2015)<sup>9</sup> apontam 89 processos de regularização fundiária abertos no RS. Dos 19 processos em andamento no RS, isto é, em fase igual ou posterior à elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), chegou-se a apenas 04 titulações parciais e uma completa, em área urbana.



Figura 4: Paisagem de área de criação ovina e cultivo agrícola (“cercado”) na comunidade de Casca, Mostardas.

---

<sup>7</sup> Diversos autores abordam o processo de ressemantização do termo quilombo, a exemplo de Nunes (2010) e coloca que a noção de comunidades remanescentes de quilombos vem a diferenciar, no âmbito da cartografia social atual, os agrupamento negros rurais do quilombo histórico, embora ao mesmo tempo afirme este vínculo.

<sup>8</sup> [www.palmares.gov.br](http://www.palmares.gov.br) (acessado em 16 de junho de 2016).

<sup>9</sup> [www.incra.gov.br/quilombola](http://www.incra.gov.br/quilombola) (acessado em 16 de junho de 2016).

Uma dessas titulações parciais atinge justamente a comunidade de Casca, no município de Mostardas, uma das primeiras do Estado a passar pelo processo de regularização fundiária, a partir de 2001. Casca é formada por cerca de 80 famílias, que aguardam o desfecho de dois processos litigiosos envolvendo o restante da área incluída no RTID. Praticamente a metade da gleba sobre a qual possuem o título é composta por dunas, local onde é impossível produzir ou morar. Entre as demais comunidades abrangidas no universo em questão, todas estão com processos abertos, porém apenas os territórios de Limoeiro e Costa da Lagoa já foram oficialmente reconhecidos.

Com estes marcos e como condição para acesso a políticas públicas e à regularização fundiária dos territórios, exigiu-se que o relacionamento dos grupos passasse a ser institucionalizado e regulado por organizações na forma de associações comunitárias. Contudo, sobre a política de reconhecimento da comunidade quilombola do Limoeiro, na localidade de Bacupari, Palmares do Sul, Luciana Almeida argumenta:

“a ‘comunidade quilombola’ não consiste num grupo dado ou numa classificação que simplesmente se sobrepõe ao conjunto das famílias negras que habitam o Bacupari. Um dos pressupostos que fundamenta esta análise é que a definição como comunidade quilombola se constitui no cruzamento de distinções preestabelecidas em nível local e diretrizes legais aplicáveis a todas as comunidades quilombolas” (2008, p. 87).

Foi neste contexto, em 2005, que iniciou-se uma sequência de encontros, à época registrados como “Fórum das Comunidades Quilombolas dos municípios de Palmares do Sul, Mostardas e Tavares”. Com a continuidade regular destas atividades, a área de abrangência se ampliou e recentemente incorporaram-se à articulação as comunidades localizadas nas extremidades da península – nos municípios de São José do Norte e Capivari do Sul – e o nome da organização foi alterado a fim englobar os novos participantes. Tendo a questão da regularização fundiária como uma das tônicas de seus encontros, os representantes das associações cumprem, com esta estratégia, a exigência da inserção nas redes de operacionalização das políticas públicas (Anjos, 2002), pois além da articulação étnico-racial, esta instância consiste em um contexto de mediação política e diálogo intercultural, da qual participam diversos agentes institucionais externos interessados na “questão quilombola”.

## **Caracterização das reuniões do Fórum das Comunidades Quilombolas do Litoral Médio**

Os encontros são organizados a cada dois meses pelas comunidades de forma itinerante, seguindo o sentido norte-sul, geralmente nas sedes das associações, ou em espaços adaptados, como um galpão ou sede de clube esportivo, nos casos e que não se dispõe de tal infraestrutura. A dinâmica de uma reunião do Fórum inicia no acordo da comunidade anfitriã sobre o agendamento da data, sempre às quintas-feiras. A organização logística é assumida pela mesma, do espaço com cadeiras para todos os participantes, ao almoço, oferecido gratuitamente, através de recursos da própria associação e de doações de membros das comunidades.

Os convidados são definidos conforme a pauta, que em geral envolve temas atinentes a projetos ou programas disponíveis e em execução, ou de políticas públicas permanentes que estejam sendo objeto de crítica pelo grupo. Para exemplificar, alguns dos temas que tem sido regularmente selecionados para a pauta, referem-se ao Programa Nacional de Habitação Rural (do qual algumas das comunidades são beneficiárias), organização da produção e comercialização para mercados institucionais (Programas Nacional da Alimentação Escolar e de Aquisição de Alimentos – PNAE e PAA) e Estratégia de Saúde da Família Quilombola.

A distribuição dos convites é dividida entre o mediador local designado pelo grupo, representante da associação, e o técnico do escritório local da Emater, o mediador externo. Os meios utilizados pelos mediadores locais abarcam a comunicação telefônica, mensagens eletrônicas e convites impressos elaborados pelos membros das diretorias das associações. Os jovens representantes recentemente criaram um grupo de contatos que utiliza um aplicativo para telefones móveis com acesso à internet, ao qual denominaram “Quilombolas do Litoral” e tem funcionado como um eficiente meio de mobilização.

Minha participação, também como mediadora externa, representante de uma instituição que presta serviço para o Estado, enquanto um trabalho de apoio à organização e realização do evento da reunião. Quando assumi o cargo em Mostardas, incorporei a função atribuída ao técnico local de “secretariar” as reuniões do Fórum<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Particularmente, tendo em vista a formação em um antropologia reflexiva e autocrítica, percebo como fundamental a vigilância para evitar a reprodução de uma colaboração que se aproxime de uma atuação

A condução das reuniões é assumida pela liderança anfitriã apenas em alguns casos, pois é comum certo receio do agente local diante do confronto com atores que dominam a linguagem técnico-burocrática. O constrangimento é proporcional à idade, já que o acesso à educação formal é realidade recente para a população rural do campo. Tal entrave no processo de construção de autonomia remete ao histórico padrão de relacionamento entre as comunidades e o poder local, de maneira que em certas ocasiões nota-se que uma postura assistencialista do técnico possa ser até mesmo esperada.

Nas reuniões que são realizadas em Mostardas, duas ou três ao ano, o trabalho de mediação que envolve o apoio na operacionalização de certas tarefas para a concretização das reuniões é parte de um acordo que envolve não somente a participação presencial nestes eventos, mas no trabalho de gabinete necessário à sistematização e divulgação dos registros escritos e fotográficos junto à rede de atores formada em torno à “questão quilombola” e à colaboração nos encaminhamentos de documentos.

Os eventos promovidos nos municípios vizinhos motivam o planejamento das caronas a pelo menos um representante por comunidade, que quando possível, também deslocam-se por conta própria. Lideranças tradicionais e antigas costumam participar quando as reuniões ocorrem em sua própria comunidade, assim como as crianças que chegam da escola perto da hora do almoço e juntam-se às mães que preparam o almoço na cozinha.

Quanto à espacialidade e ao caráter performático das reuniões, iniciam na configuração progressiva de pequenas rodas de conversa. São recebidos com café e biscoitos, depois atravessarem a esburacada “Estrada do Inferno” (RST-101), dura realidade cotidiana dos moradores de suas margens e de vias vicinais. Sempre agendada para início às nove horas da manhã, começa com atraso de pelo menos uma hora, pois sabe-se que a travessia é difícil, tanto para quem vem de Porto Alegre pela estrada, quanto para necessita cruzar a barra do Rio Grande de balsa ou lancha, chegando dos lados de Pelotas.

Quando todos sentam em roda e buscam o silêncio, emerge a palavra do mediador local geralmente o presidente da associação anfitriã, segundo os moldes definidos pelo Estado. Não obstante esta formalidade, vigora a disposição circular de todos os participantes, em

---

assistencialista ou condutora dos rumos da conversa, em prol de um ideal protagonismo dos representantes quilombolas e do protagonismo de seu discurso. Mesmo com base em pressupostos metodológicos dialógicos e participativos, reconheço que por motivos estruturais, a simetria é apenas ideal (embora possa se trabalhar na perspectiva de “redução de danos”).



lugar de uma mesa diretora com o monopólio do discurso. O Fórum não possui diretoria, presidente, coordenador ou chefe.



Figura 5: Liderança da Comunidade do Limoeiro ao centro da roda durante reunião do Fórum Quilombola, na sede da Associação dos Teixeira, Mostardas.

Na abertura, o representante local procede às “boas vindas” e sugere uma “roda de apresentação”, em que cada um diz seu nome e a entidade com a qual possui vínculo, ou seja, associações locais – ou diretamente a “comunidade”, instituições federais e estaduais, organizações quilombolas, organizações não-governamentais, universidades, escolas, prefeituras municipais locais e suas secretarias (agricultura, saúde, educação, assistência social, planejamento), partidos políticos.

Tomando como referência o período posterior a 2013, algumas destas entidades que têm-se feito presentes são: INCRA, Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Universidades: Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e de Pelotas (UFPe), Fundação Universitária de Rio Grande (FURG), Instituto

Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e Grupo Hospitalar Conceição (GHC); Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR); o Instituto de Apoio às Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ); vereadores, assessores de deputados e candidatos a cargos políticos.

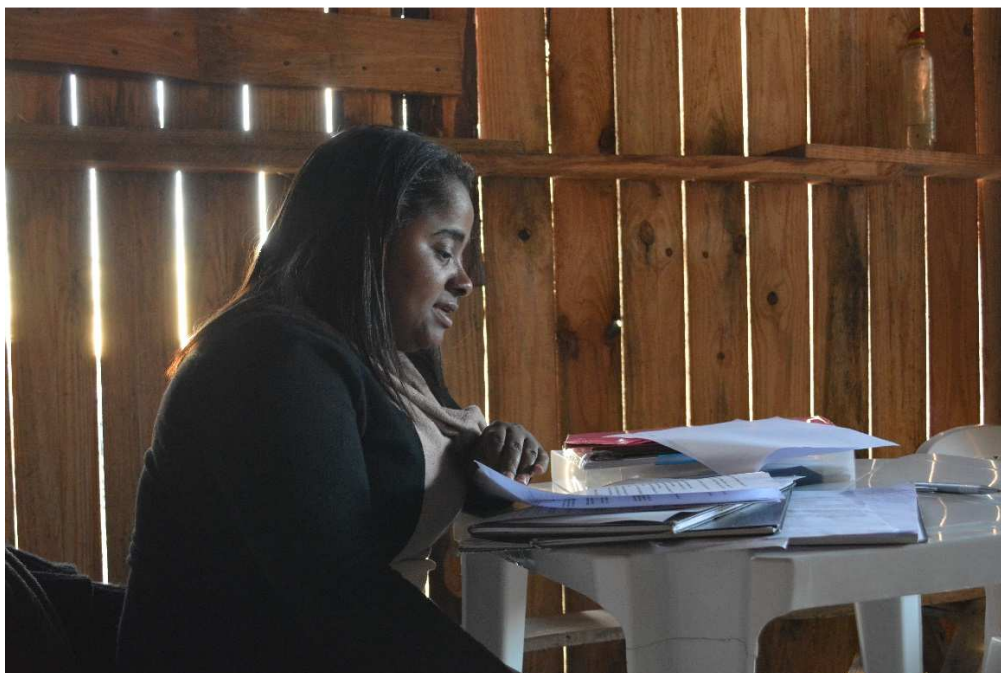


Figura 6: Secretária da Associação Comunitária Quilombola de Beco dos Colodianos, em Mostardas, durante reunião no galpão de uma antiga senhora, onde realizam as atividades coletivas locais.

Os temas elencados são apresentados pelo mediador-condutor, que transfere a palavra aos interessados. Uma das dinâmicas praticadas é a sequência de relatos sobre a situação de cada comunidade em relação ao campo de política pública abordado. A discussão costuma ser interrompida assim que as cozinheiras mandam avisar que a comida está pronta para servir – carreteiro ou galinhada, feijão, batata-doce ou aipim, sobremesa. A questão do tempo, da distância, das condições da estrada e dos horários de expediente e demais compromissos costuma apressar parte dos visitantes para a partida em seguida ao almoço. É uma ocorrência comum que alguns agentes externos, ao invés de, com o respeito recíproco àqueles que os estão recebendo, solicitarem uma brecha na sessão final de “assuntos gerais” da pauta, acabem interceptando a pauta de interesse dos interlocutores quilombolas.

Para aqueles que seguem até o final da atividade, concluem com busca de acordo quanto aos encaminhamentos de cada tema discutido, a programação da reunião seguinte e mais café com bolo ou biscoito antes de retomar a estrada. Quando é preciso encaminhar documentos formais, planeja-se logística que possibilite que sejam assinados por um representante de cada associação. No período vespertino, reduz-se o círculo de pessoas, os representantes quilombolas se aproximam e finalmente conseguem debater entre si.

### **Mediação, transposições e adequações semânticas**

Como visto, no confronto entre sistemas de sentido e linguagens distintas, a predominância de uma linguagem técnica sobre as pautas previamente acordadas pelas lideranças locais promove um esvaziamento dos objetivos originais da organização, servindo de oportunidade para a apropriação simbólica da luta quilombola no discurso público institucional ou partidário. A compreensão de elementos deste contexto tomará como base a proposta de Sardan (1995), que classifica estes espaços e eventos que ligam o mundo rural aos escritórios urbanos como arenas, por conta da inerência de sua dinâmica essencialmente conflituosa, de embate entre distintas percepções de mundo.

Como demonstra o quadro abaixo, os diferentes interesses dos grupos estratégicos envolvidos em uma arena são mediados por atores específicos, ou ainda, especializados. De um certo ponto de vista, os mediadores poderiam ser referidos como a totalidade dos atores envolvidos nestas redes, uma vez que uma definição não-simplista de mediação a define como algo inerente aos fenômenos sociais (Neves, 2008).

<b>Mediados</b>	<b>Mediadores Locais</b>	<b>Mediadores externos (agentes de campo)</b>	<b>Agências de desenvolvimento</b>
Membros das “Comunidades Remanescentes de Quilombos”	Lideranças e representantes das diretorias das associações	Técnicos, extencionistas rurais, pesquisadores, militantes	ONGs, Prefeituras municipais, instituições públicas,

Tabela 1: Quadro sinóptico que apresenta as posições e atores constitutivos da arena de mediação político-cultural

Assumindo uma postura crítica em relação aos processos de mediação, Sardan (1995) destaca a dimensão do confronto entre as distintas linguagens e sistemas de sentido implicado nas arenas. Quando cara-a-cara, os diferentes atores (mediadores quilombolas e externos) tendem, por isso, a violentar-se simbolicamente em uma disputa de sentidos e de poder em torno a projetos e recursos. A mediação entre os atores e suas respectivas linguagens é uma tarefa que transcende a dimensão discursiva, pois requer certo esforço de tradução cultural para o sucesso da mediação, bem como grande capacidade de escuta e um saber-fazer (prática e comportamento) em complemento ao saber-proferir supervalorizado na perspectiva sociocosmológica judaico-cristã.

Para além das relações estruturais, Sardan (*idem*) enfatiza a dimensão tática dos atores em interação, considerando que o mediador deve, durante suas negociações, defender seus interesses pessoais e os de sua agência ou comunidade, ao passo em que deve mediar os diversos interesses em jogo. Chama-se a atenção para a diferenciação da atuação dos interlocutores anciãos de antigamente (lideranças tradicionais) da atuação dos “corretores”, que exerceriam um tipo de mediação contemporânea que requer determinada competência linguística voltada a uma linguagem formal, técnico-burocrática, ou “linguagem-desenvolvimento”, como define o autor. Neste sentido, a proliferação da prática da corretagem pode ser associada a um aumento da apropriação deste tipo de linguagem pelas populações locais. Segundo Neves (2007), pode-se falar na profissionalização do papel de mediação, uma vez que há agentes cuja profissão, bem como a origem da renda, decorre do trabalho de mediação.

Os corretores locais diferenciam-se dos mediadores tradicionais por promoverem a transição da centralidade da dimensão simbólica para a lógica, contribuindo para a configuração logocêntrica da arena política. Os corretores mais ambiciosos têm a possibilidade, ou risco, de aproveitarem-se da função delegada pelo grupo de canal de comunicação com mediadores externos. Pois, considerando que os grupos em pauta não constituem totalidades homogêneas, mas agregados de subgrupos contextuais, os corretores centralizam para si, sua família e seus aliados, informações tanto quanto recursos e oportunidades, tais como a participação remunerada em projetos ou a contratação temporária por órgãos das diversas instâncias do Estado. O problema da proliferação da corretagem reside, assim, no risco de centralização dos canais de comunicação e distanciamento dos interesses e do diálogo com a população local –

principalmente do distanciamento das posições dos mediadores tradicionais, ou dos experientes anciãos locais.

Os processos de mediação, enquanto fenômenos extralinguísticos, são conduzidos por agentes especializados responsáveis pela mediação entre interesses que acabam desenvolvendo, a partir das apropriações de categorias de ambos os universos confrontados, uma linguagem-projeto. Neste sentido, é interessante destacar que nestas reuniões em que se encontram membros das comunidades, mediadores locais e externos, nota-se o caráter performático manifestado vocal e corporalmente pelos atores em um conjunto de gestos e formas de expressão de sentimentos, mais ou menos compartilhados.

Em meio às rodas das reuniões do Fórum, enquanto arenas de negociação, os mediadores exercem um papel de tradutor bi- ou multilateral, que tende a favorecer o lado ao qual estão engajados. A inconsciência da função de mediação por parte de agentes externos presume que a mensagem técnico-burocrática seja direta e irrefletidamente absorvida pelo grupo “mediado”, ou como se a tradução literal de seus termos fosse possível. Contudo, a mediação requer a interpretação e a tradução das linguagens local (“quilombola”) e técnico-burocrática (institucional), nas duas direções, levando em consideração a importância e o conhecimento da linguagem escrita entre a população local e a questão das diferenças entre os campos semânticos abrangidos pelos conceitos enunciados, com atenção às reinterpretações das categorias de cada léxico nos processos de transmissão de mensagens.

Com frequência, quando os agentes externos encontram-se desafiados frente ao discurso moral da proteção à diversidade cultural e ao discurso legal acerca dos direitos dos povos tradicionais, geram-se embates, não necessariamente entre estes e os mediadores locais, mas entre os próprios “visitantes”. Por vezes, percebe-se que são motivados por conflitos anteriores ao contexto do evento, que acabam se apropriando do espaço de luta alheio. Disputas internas também compõem estes espaços, expressando antagonismos enraizados em relações históricas de disputa entre as famílias (Almeida, 2008), logo percebidos pelos velhos conhecidos.



## **Considerações Finais**

Como demonstrado ao longo do texto, os eventos que constituem o Fórum das Comunidades Quilombolas do Litoral Médio, expressam, no campo, político uma unidade territorial e identitária população negra rural da região. Além de espaço de atualização das relações internas às “comunidades remanescentes de quilombos”, acumulam-se os encontros e confrontos entre estas e atores institucionais ligados à aplicação de políticas públicas específicas. Na busca de uma fusão de horizontes epistemológicos, contam com o papel dos mediadores locais e dos mediadores externos, os agentes de campo, para a ligação entre os elos desta cadeia de mediação, descrita e analisada como um lugar de tensão entre linguagens distintas. Ainda que as comunidades tenham interesse na presença destes agentes externos, seus integrantes são frequentemente silenciados por não dominarem a hegemônica linguagem-desenvolvimento. A atuação dos mediadores locais se dá, assim, na constante eminência da reprodução das históricas relações de dominação que transcendem esta arena, embora consigam sustentar uma forma de organização própria e manter o objetivo de construção de um espaço de protagonismo das comunidades quilombolas.

## **Referências**

ALMEIDA, Luciana S. *A Descoberta dos Quilombolas: família e política de reconhecimento no litoral do Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PPGSA-IFCS/UFRJ, 2008.

ANJOS, José Carlos Gomes dos; Silva, Paulo S. “A rede quilombola como espaço de ação política”. In: Neves, Delma P. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Florianópolis: NUER, 2002. 436 p.

LOBO, Janaína C. *Entre gingas e cantigas: etnografia da performance do Ensaio de Promessa de Quicumbi entre os morenos de Tavares, Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado. PPGAS/UFRGS, 2010.

NEVES, Delma Pessanha. “Mediação Social e mediadores políticos”. In: NEVES, Delma P. (Org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2008 (pp. 21-44).

NUNES, Georgina H. L. “Espaços possíveis por onde cartografar quilombos”. In: SILVA, G. et alli.(org.). *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. 2. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, R. C. “Ação Indigenista, eticidade e o diálogo interétnico”. In: *Estudos Avançados*, 14(40), 2000 (pp. 213-230).

\_\_\_\_\_. “O mal-estar da ética na antropologia prática”. In: VÍCTORA, Ceres et al. (orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: ABA; EdUFF, 2002 (pp. 21-32).

PESTANA, Marlon Borges. *A tradição tupiguarani na porção central da planície costeira do Rio Grande do Sul, Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

RUBERT, Rosane A. “Comunidades Negras no RS: o redesenho do mapa estadual”. In: SILVA, G. et alli.(org.). *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. 2. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010.

SARDAN, Jean-Pierre Olivier de. *Anthropologie et développement: essai em socio-anthropologieduchangement social*. Paris: Karthala, 1995.